

- 3 OUT 1983

reconstrução

Economia
Brasil

Antonio Dias Leite

NO contexto de um programa de médio e longo prazo, oferecemos à discussão, em vários artigos, análises de aspectos relevantes da realidade nacional e proposições específicas sobre caminhos possíveis e coerentes da reconstrução do país após a crise.

Foram analisados, do lado externo, as limitações do comércio e a impotência dos organismos e pactos internacionais em face da crise; a posição esmagadora que assumiram, no caso do Brasil, as importações de petróleo e os juros da dívida; e os insensatos contratos de crédito no exterior, que, em conjunto, configuram situação de extrema vulnerabilidade do país.

Do lado interno, foram examinados a desorganização da administração pública e o recrudescimento de perniciosa tendência centralizadora; o surgimento, no Governo, de surpreendente objetivo de destruição de parte do patrimônio nacional, representado pelas grandes empresas sob o controle da União; e o tumulto que decorre da existência dos três orçamentos da União. Tornou-se nítida, ao longo da investigação, a informação insuficiente da opinião pública e, em particular, a impossibilidade de se conhecerem com precisão as aplicações dos recursos públicos que se destinam a subsídios e incentivos fiscais através do orçamento monetário. Tratou-se, finalmente, da fantástica evolução da dívida interna e suas consequências negativas sobre o mercado financeiro e a estabilidade das empresas privadas.

Sempre que pareceu adequado e oportuno, foram apresentadas proposições, algumas de princípios e de ordem geral, outras bastante específicas, na convicção de que, em muitos casos, é necessário descer ao detalhe para tornar explícita a posição assumida. Defendeu-se, no que se refere à administração, às empresas e ao orçamento público, a organização urgente de comissões de alto nível político-administrativo-profissional destinadas a examinar, com informação completa e espírito público, as questões em discussão e a propor, para encaminhamento ao Congresso, as consequentes diretrizes. Sugeriu-se o restabelecimento da paridade dos preços e tarifas. Propôs-se, ainda, a redução da iniquidade na distribuição dos ônus da crise, através da tributação de rendas financeiras e de contribuição excepcional dos ricos.

Quanto às condições de evolução futura do País e ao endividamento, propôs-se, de forma detalhada, a reordenação da dívida pública interna; formulou-se um conjunto de hipóteses de longo prazo, sobre a evolução possível da economia nacional, com o objetivo de crescimento e de recuperação do pleno emprego, levando em conta as limitações de ordem interna e externa; e, em função dessas hipóteses, sugeriu-se um conjunto de condições a que deveria satisfazer a renegociação da dívida externa.

A adoção de tais diretrizes para os caminhos da reconstrução do país visa a alcançar, simultaneamente, as seguintes consequências:

- Redução da iniquidade na repartição dos ônus decorrentes da crise e redução dos segmentos de extrema miséria mediante o pleno emprego da população;
- desafogo da dívida externa das empresas públicas e privadas, através de renegociação dessa dívida e da transferência da responsabilidade em moedas estrangeiras para o Banco Central, assegurando-se às empresas as mesmas vantagens do aumento de prazo e da redução do desembolso de juros que tiverem sido alcançadas na renegociação;
- reconquista do equilíbrio econômico perdido pelas grandes empresas sob controle da União e o respectivo saneamento financeiro, com a consequente retirada do conjunto a que pertencem, da concorrência pelos recursos do mercado financeiro interno, inclusive nos bancos oficiais;
- redução drástica da presença do Banco Central no mercado financeiro, com as suas obrigações e lettras. Isso decorreria: da reordenação da dívida pública interna; do aumento da tributação sobre as rendas financeiras; da contribuição extraordinária dos ricos; e da redução de desembolsos dos orçamentos fiscal e monetário, seja com transferências para as empresas públicas, seja com subsídios e incentivos fiscais dispensáveis pela iniciativa privada;
- reconquista, a médio prazo, da eficiência da administração pública, e recuperação do serviço público civil.

Em conjunto, esses resultados esperados propiciariam tendência para a rápida baixa da taxa de juros do mercado interno e significativas contribuições no sentido da contenção do processo inflacionário, exceto, apenas em parte, quanto ao impacto imediato da atualização de tarifas e preços contidos de certos produtos. Criariam, acima de tudo, condições para que pudesse ser alcançado objetivo de crescimento econômico em ritmo próximo àquele que foi tradicionalmente obtido pelo País, de acordo com objetivos vinculados à adoção, desde logo, de um plano de reconstrução para depois da crise.

A aplicação deste ou de qualquer outro programa supõe um período de transição que poderá demandar dois ou três anos, durante os quais terá que ser travado combate decisivo contra a inflação. Este combate terá que coadunar-se com o caminho da reconstrução escolhido, cujo início de implantação se dará no período de transição e sofrerá, por sua vez, influências das medidas exequíveis de curto prazo. A fase de transição exigirá informações detalhadas e extremamente atualizadas, medidas concretas e a condução das operações de dia-a-dia, com grande precisão, especialmente no que se refere ao combate à inflação, com o cuidado de evitar o desvio em relação aos rumos que tiverem sido traçados para a política global. É, portanto, difícil discutir-se essa transição, sem se ter escolhido o rumo a seguir, o que envolve, além dos aspectos econômicos e financeiros, principalmente questões sociais e definições políticas da maior relevância.

Existem propostas, oriundas dos mais variados segmentos da sociedade. Algumas são de validade universal e poderiam ser incluídas em diversos planos; outras requerem maior debate e esclarecimento. De qualquer forma, há uma demonstração impressionante de interesse público e ansiedade com o estado das coisas, envolvendo partidários e opositores da situação em esforço considerável de colaboração com o Governo. Mas a nenhuma delas se tem notícia de ter este dado atenção. E não se sabe; a não ser por alguns poucos sinais aparentes e deduções, o destino que a administração tem em mente, para a estrutura econômica futura do País.

Na medida que é dispensada a colaboração de partidários e aliados, e são desrespeitadas as críticas da Oposição, e que prossegue a tendência à auto-suficiência e à centralização do poder nas mãos dos executivos da área econômica e financeira, perdem elas os imprescindíveis créditos de confiança junto à opinião pública. E, se não for dada solução ao problema econômico que permite ao País, rapidamente, sentir o declínio da inflação e perceber a redução do desemprego e das áreas de extrema miséria, tornar-se-á difícil a própria estabilidade da organização política.

Ao contrário, com o respaldo de um programa nacional coerente, demonstrando a administração a convicção da sua exequibilidade, merecendo essa administração a confiança, interna e externa, quanto à sua capacidade de levar a bom termo o programa, não há por que duvidar da disposição da sociedade de suportar sacrifícios, especialmente no período de transição, e realizar o esforço para que seja alcançado o sucesso.

Concluimos, pois, esta série de artigos reiterando a nossa confiança na possibilidade de o País retomar o seu curso, que poderá levá-lo a uma posição de destaque no concerto das nações do mundo ocidental.

Dentro em breve, esperamos trazer contribuição complementar na análise da base física de que dispõe o Brasil para o processo de reconstrução, na agricultura, na mineração e nas fontes de energia ou, quando parecer oportuno, novos temas econômicos, inclusive quanto ao período de transição que estamos vivendo.

Registrados, finalmente, os nossos agradecimentos ao JORNAL DO BRASIL pela acolhida que nos deu, com a qual esperamos poder voltar a contar, a qualquer momento. Os nossos agradecimentos, também, àqueles que tiveram a paciência de seguir esta longa sequência de artigos.

Antonio Dias Leite é profissional liberal e professor da UF RJ.